

FOCO no Planalto

Notas sobre a semana de 31 de agosto a 04 de setembro, em Brasília.

ESFORÇO CONCENTRADO NO CONGRESSO, PAUTA ECONÔMICA E TRABALHISTA & JUDICIALIZAÇÃO DA CAMPANHA ELEITORAL

Semana de esforço concentrado no Congresso, de 31/08 a 04/09, marca uma das últimas janelas de deliberação antes das eleições e coloca agenda econômica e trabalhista no centro das negociações, com pautas como a MP da “taxa das blusinhas”, a PEC que trata do fim da escala 6x1 e o programa de incentivos para data centers (Redata).

Entre as prioridades do Planalto está a MP que encerra a cobrança da “taxa das blusinhas”, que termina em 8/09. A aprovação exige uma tramitação acelerada pela comissão mista e pelos plenários da Câmara e do Senado ainda nesta semana. O tema ganhou prioridade pelo impacto político da eventual retomada da cobrança de 20% sobre compras internacionais de até US\$ 50, especialmente às vésperas das eleições. O acordo para destravar a medida foi articulado em reunião entre Lula (PT), Davi Alcolumbre (UNIÃO/AP) e Hugo Motta (REP/PB).

O governo também busca avançar com a PEC do fim da escala 6x1, tema de elevada popularidade e forte potencial eleitoral. Embora a proposta deva avançar na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado nesta quarta-feira (2), o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (UNIÃO/AP), sinalizou a aliados que seu compromisso se limita ao despacho da matéria para a comissão, sem garantia de votação no plenário nesta semana. A oposição, por sua vez, pode recorrer a mecanismos de obstrução para retardar a tramitação.

Em paralelo às pautas de maior apelo eleitoral, o Congresso deverá retomar o Redata, regime especial de tributação destinado a estimular a instalação de data centers no Brasil. O projeto prevê, entre outros pontos, a suspensão do

Imposto de Importação para equipamentos utilizados nos centros de dados, além de mecanismos de estímulo à produção nacional e direcionamento de investimentos às regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. O setor produtivo apoia a proposta e cita estimativas de investimentos e geração de empregos associados à expansão da infraestrutura de data centers.

No cenário eleitoral, a disputa se intensifica no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), com judicialização da campanha. A Federação Brasil da Esperança (PT, PV e PCdoB) apresentou ações contra Flávio Bolsonaro (PL), Ronaldo Caiado (PSD) e Romeu Zema (Novo) por conteúdo considerado potencialmente irregular, alegações de uso de IA, disseminação de informações falsas e possível propaganda eleitoral irregular, inclusive em relação à Festa do Peão de Barretos. O movimento ocorre após o TSE suspender, no domingo (30), propaganda da campanha de Lula (PT) contra Flávio Bolsonaro (PL), por entender que a peça teria ultrapassado os limites da crítica política. Na sequência, o Tribunal também deverá julgar o caso envolvendo vídeo produzido com IA e exibido durante a convenção do PL que lançou Flávio Bolsonaro à Presidência. Paralelamente, integrantes da campanha de Lula defendem que o jantar do presidente com empresários, previsto para esta segunda-feira (31), seja realizado fora do Palácio da Alvorada, buscando evitar a sobreposição entre agenda institucional e eleitoral.

O senador Rodrigo Pacheco (PSB/MG) é apontado como o principal favorito para ocupar a vaga que será aberta no Tribunal de Contas da União (TCU) com a saída do ministro Bruno Dantas, oficializada nesta segunda-feira (31). O mandato de Pacheco no Senado se encerra em 2026. Dantas deixa a Corte após uma trajetória iniciada em 2014, período em que também presidiu o TCU, e afirmou que pretende se dedicar a novos projetos profissionais e iniciativas de interesse nacional.

Destaque da Semana

Segunda

- **Dados Pessoais** | Entre os dias 31/08 e 03/09 ocorrerá a **17ª Edição do Seminário de Proteção à Privacidade e aos Dados Pessoais** organizados pelo CGI.br e NIC.br. O [evento](#) tem o objetivo de incentivar diálogos multissetoriais técnicos, sociopolíticos e jurídicos relacionados ao cenário de Proteção de Dados Pessoais e da Privacidade no país e no contexto internacional e contará com a participação de representantes da ANPD.

Terça

- **Competitividade** | A Frente Parlamentar de Defesa da Propriedade Intelectual e de Combate à Pirataria (FPI) lançará no dia 01/09 o “**Movimento Brasil Legal**”, iniciativa que reúne diferentes setores em defesa da legalidade, da concorrência justa e do mercado formal. O [evento](#) ocorrerá às 17h no Salão Nobre do Congresso Nacional.

Quinta

- **Segurança Digital** | O STJ realizará o **Fórum de Prevenção a Fraudes e Segurança Digital** com o objetivo de aprofundar discussões sobre o combate aos crimes virtuais. O [evento](#) contará com a participação do ministro **Ricardo Villas Bôas Cueva**, presidente da Comissão Especial de Direito Digital do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), **Laura Schertel** e de especialistas dos setores público e privado em proteção de dados, crimes cibernéticos e direito digital.

Poder Executivo

Presidência da
República

Agenda do presidente – **Luiz Inácio Lula da Silva** reuniu-se, nesta segunda (31), com o Secretário Especial para Assuntos Jurídicos da Casa Civil, **Marcelo Weick**.

Após, participou da cerimônia de Assinatura do Decreto sobre comercialização de ingressos para eventos, visando à proteção do consumidor (**Cambismo Digital**), e do Decreto sobre **distribuição de água em eventos culturais**.

Por fim, participa de jantar no palácio da alvorada, com empresários e banqueiros. A lista de convidados inclui **Joesley Batista e Wesley Batista**, da J&F; **Rubens Ometto**, da Cosan; **José Seripieri Júnior**, da Amil; **Luiz Carlos Trabuco**, presidente do Conselho de Administração do Bradesco; **André Esteves**, sócio sênior do BTG; e **Milton Maluhy**, do Itaú. Também são esperados o vice-presidente **Geraldo Alckmin** e o ministro da Fazenda, **Dario Durigan**. O encontro deve reunir cerca de 20 pessoas.

O jantar organizado por Lula busca aproximar o governo e o setor econômico.

Vice-Presidência da
República

Agenda do vice-presidente – **Geraldo Alckmin** participou, nesta segunda (31) do evento **BTG Pactual MacroDay**, promovido pelo BTG Pactual, no Hotel Hyatt, em São Paulo (SP).

Pela tarde, reuniu-se com **Pietro Mendes**, Diretor Agência Nacional do

Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

MCTI

Ministério da Ciência,
Tecnologia e Inovações

AEB

Agência Espacial Brasileira

Agenda internacional

- ✓ Munique (**Alemanha**) – "Brazil 2026 – European Space Economy Mission": visitas técnicas e **reuniões institucionais no ecossistema de inovação, empreendedorismo NewSpace** e transferência de tecnologia, 1º a 13 de setembro.
- ✓ Viena (**Áustria**) – "Brazil 2026 – European Space Economy Mission": **agenda sobre políticas públicas, programas de inovação e cooperação internacional**, 1º a 13 de setembro.
- ✓ Tallinn (**Estônia**) – "Brazil 2026 – European Space Economy Mission": **atividades voltadas a transformação digital, governança eletrônica e desenvolvimento de startups**, 1º a 13 de setembro.

MCom

Ministério das Comunicações

ANATEL

Agência Nacional de
Telecomunicações

A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) realizará, na quinta (3), a **957ª Reunião do Conselho Consultivo**, cujo início está previsto para 14h, por meio de videoconferência e transmitida no canal da Anatel no [YouTube](#). Dentre os itens da [pauta](#), destacamos: (i) a extinção do Direito de Exploração do satélite brasileiro Estrela do Sul 2 e subfaixas de radiofrequências contidas na denominada banda Ku; e (ii) Proposta de criação do Comitê de Implementação de Políticas Públicas - CIPP em atendimento à determinação do Conselho Diretor.

MDIC

Ministério do Desenvolvimento,
Indústria, Comércio e Serviços

INPI

Instituto Nacional da
Propriedade Industrial

Agenda internacional

- ✓ Raleigh (**EUA**) – Fórum Global sobre Propriedade Intelectual e Desenvolvimento Econômico

MF

Ministério da Fazenda

Agenda do ministro – Dario Durigan participou, nesta segunda (31) do evento **BTG Pactual MacroDay**, promovido pelo BTG Pactual, no Hotel Hyatt, em São Paulo (SP).

Também participa de jantar no palácio da alvorada, com o presidente **Lula**, empresários e banqueiros. O jantar organizado por Lula busca aproximar o governo e o setor econômico.

BACEN

Banco Central do Brasil

Agenda do presidente – Gabriel Galípolo participou, nesta segunda (31), da **reunião de ministros das Finanças e de presidentes de bancos centrais do G20**, em Asheville, Estados Unidos.

Balança Comercial – Para o saldo da balança comercial, a projeção em 2026 aumentou para **US\$ 78 bilhões** de **resultado positivo**.

Boletim Focus – Para o IPCA, a expectativa do mercado para o ano diminuiu para 5,01%. No caso do PIB 2026, os economistas do mercado financeiro apontaram leve recuo da estimativa de crescimento para 1,92%. Ainda, o mercado financeiro manteve a expectativa para a taxa básica de juros da economia, a Selic, em 13,75%, assim como a projeção para a taxa de câmbio do dólar em 2026, que permaneceu em R\$ 5,20.

BB
Banco do Brasil

Agenda internacional

- ✓ Nova Iorque (**EUA**) - reunião de negócios no BB NY e evento RPPS - BB Asset

MGI
Ministério da Gestão e Inovação
em Serviços Públicos

Agenda da ministra – **Esther Dweck** participa, nesta segunda (31), de jantar no palácio da alvorada, com o presidente **Lula**, empresários e banqueiros. O jantar organizado por Lula busca aproximar o governo e o setor econômico.

A ministra e sua equipe, no período de 30 de agosto a 2 de setembro de 2026, irão comparecer a abertura da Conferência Global de Colaboração Digital e em reuniões bilaterais com representantes da Organização Internacional do Trabalho e da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, em Genebra, na Suíça.

Agenda internacional

- ✓ Pequim (**China**) - IV Seminário de capacitação em Inteligência Artificial;
- ✓ Washington (**EUA**) - agenda paralela de reuniões e "Brazil's Place in the New Economy: Resources, Infrastructure, Data, and Competitiveness"

ITI
Instituto Nacional de Tecnologia
da Informação

Agenda internacional

- ✓ Washington (**EUA**) - Identity Week América 2026

MJSP
Ministério da Justiça e
Segurança Pública

ANPD
Autoridade Nacional de
Proteção de Dados

Agenda da diretora – **Miriam Wimmer** participou, nesta segunda (31), do 17º Seminário de **Proteção à Privacidade e aos Dados Pessoais, promovido pelo CGI.br e pelo NIC.br** entre 31 de agosto e 2 de setembro, no Centro de Convenções Rebouças, em São Paulo.

MRE
Ministério das Relações
Exteriores

Agenda do ministro – **Mauro Vieira** se reúne, nesta segunda-feira (31), com o ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Márcio Elias Rosa. Na sequência, Vieira despacha com o Secretário de Assuntos Econômicos e Financeiros, embaixador Philip Fox-Drummond Gough, recebe o embaixador do Brasil na Argentina, Julio Bitelli, e participa

de almoço de trabalho com a ex-presidente da República do Chile, Michele Bachelet. À tarde, o ministro participa de reunião de coordenação, realiza telefonema com o ministro da Pesca e Aquicultura, Edipo Araújo, e encerra a agenda com despacho interno.

Poder Legislativo

O Congresso Nacional inicia nesta semana o que deve ser o último esforço concentrado antes do primeiro turno das eleições de outubro, com pauta acertada na semana passada entre o presidente Lula, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, e o presidente da Câmara, Hugo Motta, em reunião no Palácio da Alvorada. Cinco matérias prioritárias devem ser levadas a votação nos próximos dias: a PEC que extingue a escala de trabalho 6x1 ([PEC 221/2019](#)); a PEC da Segurança Pública ([PEC 18/2025](#)); a MP que suspende a chamada "taxa das blusinhas" ([MP 1357/2026](#)); o Marco Legal dos Minerais Críticos ([PL 2780/2024](#)); e o Redata, regime especial de tributação para data centers ([PL 278/2026](#)).

Ademais, o Poder Executivo deverá encaminhar até o final da segunda-feira (31) o projeto de lei propondo o orçamento de 2027.

Política

Crianças e adolescentes na internet: propostas dos presidenciáveis. Os planos de governo dos principais candidatos à presidência apresentam diferentes abordagens para a proteção de crianças e adolescentes no ambiente digital. Enquanto alguns, como Lula (PT) e Ronaldo Caiado (PSD), propõem medidas específicas, como o aperfeiçoamento do Estatuto da Criança e do Adolescente Digital, regulamentação do uso de telas e integração de políticas públicas para proteção digital, outros candidatos não apresentam propostas direcionadas ao público infantojuvenil no ambiente online. Destacam-se também posicionamentos contrários à regulação da internet e à limitação do uso de dispositivos digitais em escolas, como os de Romeu Zema (Novo) e Rui Costa Pimenta (PCO). A maioria dos planos foca em ações no ambiente físico, como fortalecimento de conselhos tutelares, combate ao trabalho infantil e ampliação de creches, sem detalhar medidas específicas para a proteção digital de crianças e adolescentes. [Fonte:](#) G1 Notícias.

Bruno Dantas decide deixar cargo de ministro do TCU e abre espaço para indicação de Rodrigo Pacheco. Bruno Dantas formalizou na segunda-feira (31) sua renúncia ao cargo de ministro do Tribunal de Contas da União (TCU), com exoneração prevista para 9 de setembro. A saída abre uma vaga de indicação do Senado e deve viabilizar a articulação do presidente da Casa, Davi Alcolumbre, para indicar o senador Rodrigo Pacheco (PSD/MG) ao tribunal. Dantas afirmou que a decisão é pessoal, voluntária e motivada pela intenção de se dedicar a novos projetos profissionais, acadêmicos e de interesse nacional. A mudança ocorre em meio à reaproximação entre Alcolumbre e o presidente Lula e às negociações sobre pautas prioritárias do governo no Congresso. Pacheco desistiu de disputar cargo eletivo em 2026 e passou a ser cotado para a vaga no TCU. A indicação ainda precisará seguir o processo de aprovação no Senado. A movimentação também se insere na semana de esforço concentrado do Congresso, que deve analisar temas como o fim da escala 6x1 e a MP das Blusinhas antes da pausa das atividades legislativas para as eleições. [Fonte:](#) G1 Notícias.

BTG/Nexus: Lula tem 46% ante 45% de Flávio no 2º turno, diz. Pesquisa BTG/Nexus divulgada em 31 de agosto de 2026 indica que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) possui 46% das intenções de voto em um eventual segundo turno contra o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), que registra 45%. O levantamento, realizado entre 28 e 30 de agosto com 2.005 eleitores, apresenta margem de erro de 2 pontos percentuais e grau de confiança de 95%. No primeiro turno, Lula lidera em dois cenários testados, com 39% e 37% das intenções, respectivamente, contra 33% e 31% de Flávio. A rejeição dos candidatos é semelhante, com 50% para Flávio e 49% para Lula. A avaliação do governo Lula aponta desaprovação de 51% e aprovação de 46%, com 46% considerando a gestão ruim ou péssima. O estudo está registrado no Tribunal Superior Eleitoral sob o número BR-08900/2026 e foi custeado pelo banco BTG Pactual. [Fonte:](#) Poder360.

Lula vai jantar com 15 empresários em Brasília em busca de sinalizar responsabilidade fiscal. O presidente Lula realizará um jantar em Brasília com 15 empresários com o objetivo de demonstrar compromisso com a responsabilidade fiscal. O encontro visa fortalecer o diálogo entre o governo e o setor privado, buscando alinhar expectativas e estratégias para o desenvolvimento econômico sustentável. A iniciativa faz parte das ações do Executivo para transmitir confiança ao mercado e à sociedade sobre a condução das políticas fiscais do país. A reunião vai contar com banqueiros como Luiz Carlos Trabuco (Bradesco) e André Esteves (BTG Pactual), além de empresários como Joesley Batista e Wesley Batista (JBS), Rubens Ometto (Cosan) e José Seripieri Filho (Amil) e foi organizada pelo ministro da Fazenda, Dario Durigan. [Fonte:](#) G1 Notícias.

Alcolumbre destrava 10 projetos prioritários do governo em agosto. O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, avançou na tramitação de 10 projetos prioritários do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, incluindo seis medidas provisórias, duas propostas de emenda à Constituição (PECs) e dois projetos de lei. Entre as propostas destacam-se a PEC que acaba com a escala 6 X 1, reduzindo a jornada de trabalho para 40 horas semanais com dois dias de repouso remunerado, e a PEC da Segurança Pública, que redefine regras sobre segurança, sistema penitenciário e atividade de inteligência. As medidas estavam paradas e foram encaminhadas às comissões de Constituição e Justiça do Senado para análise. O Congresso também instalou seis comissões mistas para analisar medidas provisórias sobre temas como regulamentação de mototaxistas, filas no INSS, exame para médicos, indenização de fronteira para servidores e renegociação de dívidas rurais. A votação das propostas está prevista para o esforço concentrado entre 31 de agosto e 4 de setembro de 2026. A retomada da tramitação ocorre após negociações entre Alcolumbre, Lula e o presidente da Câmara, Hugo Motta, em um contexto de desgaste anterior entre o Senado e o Planalto. [Fonte:](#) Poder 360.

Economia

Orçamento de 2027 terá superavit efetivo de 0,1% do PIB. O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva enviará ao Congresso uma proposta de Orçamento para 2027 com superavit primário efetivo de pouco mais de 0,1% do Produto Interno Bruto (PIB). A meta formal será de 0,5% do PIB, equivalente a R\$ 73,2 bilhões, mas despesas como precatórios são excluídas do cálculo do resultado efetivo. O ministro do Planejamento e Orçamento, Bruno Moretti, informou que o déficit de 0,4% do PIB em 2026 deve se transformar em superavit em 2027, com um esforço fiscal de cerca de 0,5 ponto percentual do PIB. As despesas obrigatórias crescerão abaixo do limite fiscal, enquanto as despesas discricionárias terão alta de aproximadamente 20%, ampliando a margem para investimentos e contingenciamentos. O orçamento inclui aporte de R\$ 6 bilhões aos Correios e fixa o salário mínimo em R\$ 1.741. Apesar do resultado positivo, a dívida pública permanece elevada, próxima a 82% do PIB, e a estabilização exigiria superavit primário de 2,1%

do PIB. Diferentemente dos anos anteriores, o governo não condicionará o orçamento à aprovação de novas medidas de arrecadação. [Fonte:](#) Poder 360.

Split payment entre empresas deve ser obrigatório só em 2028. A Secretaria da Receita Federal informou que o mecanismo de split payment, que consiste no recolhimento automático dos tributos no momento da transação entre empresas (B2B), terá sua obrigatoriedade adiada para 2028. Inicialmente previsto para o início de 2027, o atraso ocorre devido à complexidade da integração de mais de 200 instituições financeiras à plataforma da Receita. O sistema estará tecnicamente pronto no início de 2027, mas a obrigatoriedade dependerá da adesão gradual dessas instituições ao longo do ano. O processo começará de forma opcional, por meio de diferentes modalidades de pagamento, como transferências eletrônicas e Pix estático, até que todos os meios estejam integrados. Somente após essa etapa o split payment será obrigatório, evitando que as empresas utilizem o intervalo entre venda e recolhimento dos tributos como capital de giro. [Fonte:](#) Poder360.

Reforma tributária: governo admite pagar R\$ 0,39 por transação no 'split payment' aos bancos. A equipe econômica do governo federal concordou em pagar R\$ 0,39 por transação aos bancos no sistema 'split payment', parte da reforma tributária que visa viabilizar o pagamento em tempo real dos tributos sobre o consumo. A decisão foi tomada por um grupo de trabalho interministerial, mas ainda depende de avaliação jurídica, orçamentária e de conveniência. O sistema permitirá o ressarcimento de créditos tributários no mesmo dia, movimentando cerca de R\$ 6 trilhões por ano, com potencial de 1,3 a 1,5 bilhão de operações anuais. A remuneração anual dos bancos ficaria entre R\$ 507 milhões e R\$ 585 milhões, considerando o desconto do 'float', período em que os recursos ficam no caixa das instituições financeiras. As instituições financeiras justificam a remuneração pelos investimentos em tecnologia, infraestrutura e segurança necessários para integrar o sistema. A implementação do 'split payment' será gradual e opcional a partir de 2027 para a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS). A definição final sobre o valor a ser pago deve ocorrer até o fim de 2026, em conjunto com o Comitê Gestor do Imposto Sobre Bens e Serviços (CGIBS). [Fonte:](#) G1 Notícias.

Governo apresenta Orçamento de 2027 com salário mínimo de R\$ 1.741 e aporte de R\$ 6 bi nos Correios. O governo federal apresentou o Orçamento de 2027, que estima receitas e fixa despesas para o próximo ano. A proposta inclui um salário mínimo projetado em R\$ 1.741, representando um aumento de R\$ 120 em relação a 2026, sujeito à confirmação com base no INPC acumulado até novembro e ganho real previsto. Entre os gastos previstos, destaca-se um aporte de R\$ 6 bilhões para os Correios, que enfrentam crise financeira e prejuízo acumulado de R\$ 5,5 bilhões no ano. O socorro financeiro faz parte do contrato do empréstimo de R\$ 12 bilhões obtido pela estatal em 2025, visando garantir estabilidade para a continuidade do plano de reestruturação da empresa. O orçamento também prevê um superávit fiscal real entre R\$ 18 bilhões e R\$ 20 bilhões, considerando todas as despesas. O reajuste do salário mínimo impacta diretamente benefícios previdenciários, programas sociais e contribuições, influenciando as contas públicas. [Fonte:](#) O Globo.

Judiciário

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Edson Fachin, divulgou a pauta do Plenário físico da Corte para setembro. A primeira semana do mês concentra discussões de impacto tributário e trabalhista.

Na quarta-feira (2/09), o STF retoma o julgamento da Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC) 80, ajuizada pela Confederação Nacional do Sistema Financeiro (CONSIF), que trata dos critérios para a concessão da gratuidade de acesso à Justiça do Trabalho, com possível repercussão para todo o Judiciário. Sob relatoria do ministro Dias Toffoli, o julgamento será retomado no Plenário físico do STF após ter sido retirado do ambiente virtual. Até então, havia cinco votos favoráveis ao entendimento de que

trabalhadores com renda mensal de até R\$ 5 mil podem ter presumida a insuficiência de recursos para arcar com as despesas do processo, desde que essa condição seja comprovada. A principal discussão é se a declaração do próprio trabalhador, de que não tem condições de pagar as despesas processuais, é suficiente ou se é necessário apresentar documentos que comprovem a insuficiência financeira. A controvérsia surgiu após a reforma trabalhista de 2017, que passou a prever a concessão do benefício a quem comprovar não ter condições de arcar com os custos do processo. O Tribunal Superior do Trabalho (TST), porém, entende que, no caso de pessoas físicas, a declaração de hipossuficiência pode ser suficiente para demonstrar essa condição.

Na mesma sessão, está pautado o julgamento do RE 1.495.108 (Tema 1.348 da repercussão geral), que discute a imunidade do Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) na transferência de imóveis para integralização de capital social. O recurso foi interposto pela ALPHA - P Regitano e Perrone Administração de Bens Próprios Ltda. e será relatado pelo ministro Fachin para definir se o benefício constitucional também se aplica quando a empresa adquirente tem como atividade preponderante a compra e venda ou a locação de imóveis. A definição interessa diretamente às operações societárias com ativos imobiliários e poderá delimitar a extensão da imunidade tributária prevista na Constituição Federal.

Já o Superior Tribunal de Justiça (STJ) inicia, a partir de 3/09, a aplicação do novo regime de exame da relevância da questão federal, conforme regulamentado pela Lei nº 15.484/2026 e pela Emenda Regimental nº 55. A partir dessa data, os recursos especiais relativos a acórdãos publicados posteriormente à nova regra deverão conter tópico específico e fundamentado demonstrando que a controvérsia possui relevância econômica, política, social ou jurídica que ultrapasse os interesses das partes. A mudança busca racionalizar a atuação do Tribunal, permitindo maior concentração em questões relevantes para a sociedade e na uniformização da interpretação da legislação federal, além de fortalecer a formação de precedentes qualificados. [Fonte:](#) STJ

No âmbito eleitoral, o destaque é o julgamento, pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), na terça-feira (1º/09), de ação do Partido dos Trabalhadores (PT) contra vídeo produzido com inteligência artificial que reproduzia a imagem e a voz de Jair Bolsonaro (PL) durante a convenção que oficializou a candidatura de Flávio Bolsonaro (PL). A Corte deverá analisar se a identificação do conteúdo como uma simulação é suficiente para afastar a vedação ao uso de *deepfakes*. A decisão poderá estabelecer parâmetros importantes para o uso de IA nas eleições de 2026 e orientar a análise de conteúdos sintéticos capazes de influenciar a percepção dos eleitores.

STF debate democracia e IA com especialistas de Itália e Espanha. O Supremo Tribunal Federal (STF) realizará, de 1º a 3 de setembro, dois eventos internacionais consecutivos com especialistas do Brasil, Itália e Espanha para debater temas relacionados à inteligência artificial, independência das cortes, direitos fundamentais e integridade dos processos democráticos. O 2º Seminário Brasil-Itália da Rede Internacional sobre Sistemas de Justiça e Democracia abordará o Poder Judiciário e a inteligência artificial, com participação de magistrados e acadêmicos. Já a 17ª Jornada Ítalo-Hispano-Brasileira de Direito Público discutirá a resistência democrática e a justiça constitucional, analisando o papel das cortes constitucionais diante de pressões às instituições democráticas, proteção dos direitos fundamentais e regras do processo democrático. As atividades visam promover o intercâmbio de experiências e fortalecer o diálogo sobre os desafios contemporâneos do Judiciário e da democracia. [Fonte:](#) Poder360.

Cenário Internacional

Meta pede que TikTok e YouTube adotem restrições a adolescentes. A Meta, empresa proprietária do Facebook, Instagram e WhatsApp, iniciou uma campanha publicitária nos principais jornais dos Estados Unidos para solicitar que TikTok e YouTube implementem medidas de proteção a adolescentes semelhantes às que a Meta se comprometeu a adotar em suas plataformas. A iniciativa ocorre após a Meta firmar um acordo de quase US\$ 17 bilhões com estados norte-americanos. A empresa argumenta que, sem a adesão de todo o setor, os jovens migrarão para outras redes, tornando as restrições ineficazes. A campanha, que começou em 27 de agosto de 2026, foi veiculada em veículos como The New York Times, Washington Post, Los Angeles Times, Wall Street Journal e New York Post, e está prevista para durar todo o fim de semana. [Fonte:](#) Poder 360.

Alckmin diz que Brasil não sairá da mesa de negociação sobre tarifaço dos EUA. O vice-presidente Geraldo Alckmin afirmou nesta segunda-feira (31) que o Brasil manterá as negociações com os Estados Unidos para tentar reduzir o tarifaço imposto a produtos brasileiros. Segundo Alckmin, o governo pretende manter abertas todas as frentes de diálogo, incluindo questões tarifárias e não tarifárias. Entre os possíveis pontos de negociação está o programa Redata, que prevê incentivos para a instalação de data centers no país e, segundo o vice-presidente, pode atrair até R\$ 1 trilhão em investimentos. Alckmin também citou a regulamentação do setor de minerais críticos como outra prioridade. A declaração ocorreu antes de uma nova rodada de negociações entre representantes dos dois países, após conversa entre Lula e Donald Trump. Alckmin classificou novamente as tarifas americanas como injustas e destacou a importância dos EUA para a indústria brasileira, como principal destino das exportações de produtos manufaturados e importante fonte de investimentos. O governo brasileiro também mantém a estratégia de contestação na OMC, enquanto busca uma solução negociada para reduzir os impactos das tarifas sobre as empresas e o comércio bilateral. [Fonte:](#) G1 Notícias.

Último Foco

Redata volta à pauta e deve ser votado no esforço concentrado no Congresso. O projeto que institui o Regime Especial de Tributação para Serviços de Datacenter (Redata) deve ser votado no Congresso Nacional nesta semana. O objetivo é incentivar a instalação de data centers no Brasil por meio de incentivos fiscais, como a suspensão do Imposto de Importação para equipamentos e a substituição do ICMS pelo IBS até 2033. O programa prevê que pelo menos 10% do processamento seja reservado para o mercado interno e que 2% do investimento seja destinado à pesquisa e desenvolvimento, com foco nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. O impacto fiscal estimado pela Receita Federal é de R\$ 5,2 bilhões em 2026, com valores menores nos anos seguintes. O relator no Senado é Cid Gomes (PSB-CE), e o avanço da pauta foi articulado em reunião entre o presidente Lula e os presidentes do Senado e da Câmara. O setor produtivo defende o projeto, destacando seu potencial para gerar investimentos e empregos. No entanto, especialistas alertam para os impactos ambientais, como o consumo elevado de água e a geração de lixo eletrônico, além da necessidade de redes elétricas adequadas. [Fonte:](#) CNN Brasil.